

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O jogo de Lula

Ao nomear a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para a área de Relações Institucionais, Lula age para tentar recuperar os seus, ou seja, retomar os 35% de ótimo e bom que o chefe do Executivo apresentava em julho de 2005, quando do escândalo do mensalão. Afinal, se chegar ao piso que registrou há 20 anos, terá um patamar de largada para 2026.

Caminho conhecido

Para chegar a 2022 com chances reais de vencer o então presidente Jair Bolsonaro, Lula, primeiramente, colocou quase todos os partidos de esquerda em sua órbita. Só depois disso partiu para buscar os de centro. Agora, não será diferente.

Esperam-se compensações

Gleisi é alguém de quem o centro não pode reclamar, uma vez que trabalhou pelos candidatos do grupo para presidir a Câmara e o Senado. A expectativa de muitos é de que venha agora um líder de governo de um dos partidos aliados.

E tem mais

Os líderes partidários acreditam que a reforma ministerial não termina com a escolha de Gleisi. É preciso, ainda, ver o que tem de mudar em relação aos partidos da base. Só tem um probleminha: agradar a um e desagradar a dez.

E Fernanda furou a bolha da polarização

Vestida de puro Chanel, inglês perfeito e uma atuação brilhante, a carismática atriz Fernanda Torres levou uma grande parcela dos brasileiros, outrora divididos entre bolsonarismo e petismo, a deixar as diferenças de lado e, simplesmente, torcer pelo Brasil e pelo longa *Ainda estou aqui*. Esse, aliás, foi o recado que muitas excelências tiraram das comemorações da noite do domingo de carnaval, com direito a anúncio na Sapucaí e a boneco de Olinda da atriz. Muitos acreditam que essa exposição midiática de Fernanda ajudou a furar o bloqueio e esperam que isso se

espalhe, ajudando o país a virar a página da polarização.



Em tempo: líderes acreditam que, em relação ao Orçamento e às emendas parlamentares, a última decisão do Supremo Tribunal Federal, de liberar aquelas que não apresentam problemas e foram formatadas dentro da legislação vigente, servirá para destravar muita coisa, em especial, as votações pendentes referentes ao Orçamento de 2025. Oxalá estejam certos.



CURTIDAS



Conte com ele/ De olho no carnaval e na perspectiva de uma candidatura ao governo de Pernambuco, o prefeito do Recife, João Campos (foto), defende Lula neste momento desafiador de queda de popularidade: “Sabemos que os momentos, não só no Brasil, mas nas democracias do mundo inteiro, são muito desafiadores, ambientes muito acirrados e polarizados. Não tenho nenhuma dúvida de que, com a experiência que ele tem, o espírito público e o desejo de acertar, é natural que o governo faça um ajuste, e que ele vai liderar isso”, afirmou. Segundo o prefeito, o que Lula decidir será pensando em acertar.

Ainda não cicatrizou/ As eleições da Frente Parlamentar Evangélica ainda terão reflexos na convivência entre os parlamentares. O deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), que perdeu, disse, dia desses, que “teve deputados recebendo oferta de apoio político em seus estados”, em 2026, pelo voto no novo presidente da frente.

Ele ainda está lá/ Na Câmara dos Deputados, muitos se preparam para transformar em ponto turístico o busto do ex-deputado Rubens Paiva, localizado no Anexo II. O filme *Ainda estou aqui* deu nova luz ao parlamentar assassinado nos porões da ditadura militar e levou muitos brasileiros a conhecerem a sua história. A casa na Urca, que serviu para recriar a residência da família Paiva, virou parada obrigatória para muitos turistas e cariocas.

História/ O busto foi inaugurado em 2014 pelo então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, cujo pai, Aluizio Alves, também teve o mandato cassado durante o regime que se instalou em 1964.

Colaborou Darciane Diogo

PODER

Sob críticas, Lula visitará MST

Presidente fará a primeira viagem, neste mandato, a um acampamento do movimento, que reclama da falta de ações de reforma agrária

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva programou para esta sexta-feira a primeira visita de seu mandato a um acampamento do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ele vai ao Quilombo Campo Grande, que fica na cidade de Campo do Meio, Minas Gerais, e anunciará uma série de medidas voltadas para os sem terra e agricultores familiares. Entre os atos esperados, estão o assentamento de 12 mil famílias e o lançamento de novas políticas de crédito para os produtores.

A visita ocorre em meio a críticas do MST ao governo pela falta de ações em prol da reforma agrária. Em janeiro, a organização divulgou uma carta aberta criticando a “paralisação” da reforma, apesar das promessas de campanha de Lula — o MST foi um dos movimentos sociais mais atuantes durante o período eleitoral de 2022. Além disso, há temor no governo com o tradicional Abril Vermelho, quando o grupo intensifica a invasão de terras consideradas improdutivas.

O Palácio do Planalto avisou a lideranças do MST sobre a visita de Lula ao quilombo mineiro na semana passada, quando também as convidou a participarem da comitiva presidencial que foi a Montevídeo, no Uruguai, para a posse do presidente Yamandú Orsi, no último sábado.

“Passando para convidar todos os nossos companheiros para um grande ato que nós vamos fazer em defesa da reforma agrária, com grandes entregas, com grandes anúncios, com a presença de vários ministros e do presidente Lula”, afirmou, em vídeo, um dos coordenadores nacionais do MST, João

Ricardo Chicarelli/AFIP



Lula discursa para integrantes do MST em 2022: movimento foi um dos mais atuantes no período eleitoral



O presidente Lula vai lançar assentamentos para 12 mil famílias e lançar igualmente os créditos e todas as novidades. Vocês precisam estar nesse grande anúncio da reforma agrária”

Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário

Paulo Rodrigues, ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. A fala foi gravada no Uruguai. Teixeira, por sua vez, confirmou os anúncios programados, que, segundo ele, vão beneficiar famílias sem terra em todo o Brasil.

O Quilombo Campo Grande, onde ocorrerá o ato, reúne mais de 459 famílias, no terreno da antiga Usina Ariadnópolis, de álcool e açúcar. A empresa faliu nos anos 1990, e os trabalhadores ocuparam o local. Após 11 tentativas de despejo, incluindo uma encampada pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, durante a pandemia, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, no fim do ano, negar o pedido de recuperação judicial da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que

administrava a usina. A medida abriu caminho para que possa haver uma ação de desapropriação e entrega da terra aos moradores do quilombo. A expectativa é de que Lula assine o ato na sexta-feira.

O MST cobra que o governo federal assente as 100 mil famílias que aguardam a regularização, sendo 65 mil neste ano. A gestão, porém, espera dar posse de terra a 20 mil até dezembro, número considerado baixo pelo movimento.

Além disso, os sem terra cobram orçamento maior para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, no ano passado, investiu R\$ 567 milhões — muito abaixo do aplicado anualmente nos governos anteriores de Lula, quando a média chegou a atingir R\$ 3,6 bilhões por ano.

Memória

“Número ridículo”

Em 30 de janeiro, o presidente Lula recebeu representantes do MST para uma reunião no Palácio do Planalto. Na saída, os ativistas classificaram como “ridículo” o ritmo da reforma agrária no terceiro mandato do petista.

“Não queremos discutir formas de como será o processo de reforma agrária, nós queremos que resolva o problema da terra. Nós não aceitamos, na próxima reunião ou ao final deste ano, ter um número tão ridículo como este, 1.500 famílias por ano”, disse, na ocasião, João Paulo Rodrigues, um dos coordenadores nacionais do movimento.

Lula também quer evitar mal-estar com o aumento das invasões no Abril Vermelho, como ocorreu em anos anteriores. Em 2024, o movimento ocupou 35 terras no período, 21 a mais do que no ano anterior. Houve, ainda, manifestações em sedes do Incra por todo o país. O aumento das invasões no período provocou, nos anos anteriores, conflitos entre o governo e o agro, bem como com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Em 2023, o Congresso criou uma CPI do MST, na tentativa de desgastar o governo, mas o colegiado não chegou a conclusões. No ano passado, a Câmara aprovou um projeto que impediria invasores de propriedades rurais de receberem benefícios do governo, como o Bolsa Família.

STF: aval às emendas

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, a decisão do ministro Flávio Dino, que destravou as emendas parlamentares. Todos os 10 magistrados concordaram com Dino na decisão que aprovou o plano de trabalho apresentado pelo Executivo e Legislativo para dar mais transparência e rastreabilidade às emendas.

O julgamento ocorre pelo plenário virtual do STF até amanhã, mas todos os ministros já se posicionaram.

Nessa modalidade, os ministros podem apenas concordar com o relator ou divulgar um voto próprio. O ministro Alexandre de Moraes, por exemplo, foi um dos que publicaram o voto escrito. Ele afirmou que o plano de trabalho apresentado pelo Executivo e Legislativo indica uma “aprendizagem institucional” de conciliar a realidade política e administrativa do orçamento público com o cumprimento da Constituição.

Ele também avaliou que, na relatoria de Dino, o processo sobre emendas relacionadas a fatos concretos e colaborativas, chamando-se todos os órgãos envolvidos a apresentarem explicações sobre a realidade das execuções de emendas parlamentares.”

O ministro ainda ressaltou que a homologação do plano de trabalho não interfere em “providências relacionadas a fatos concretos, em apuração nessa Corte”. O Supremo tem cerca de 80 inquéritos que apuram suspeitas de irregularidades na destinação das emendas parlamentares.